UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MTb/UFPel

O MERCADO DE TRABALHO DE RIO GRANDE

RELATÓRIO ANUAL 2018

Equipe técnica do Acordo de Cooperação MTb/UFPel:

Coordenador:
Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas – IFISP/UFPel

Bolsista de Extensão:
Rafaella Egues da Rosa – IFISP/UFPel

Pelotas, julho de 2019.

FIGURA 1: MUNICÍPIO DE RIO GRANDE – RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Fonte: Wikipedia

SUMÁRIO

FIGURA 1: MUNICÍPIO DE RIO GRANDE – RIO GRANDE DO SUL - BRASIL 2

APRESENTAÇÃO 4

INTRODUÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS 6

1. CONTEXTO ECONÔMICO RECENTE 8

2. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL 10

3. ESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO 13

4. MOVIMENTAÇÃO OCUPACIONAL 15

5. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS 17

6. RENDIMENTO NAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL 20

6.1. Rendimentos médios totais 20

6.2. Rendimentos médios por setores da atividade econômica 20

6.3. Rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais 21

6.4. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos 22

6.5. Rendimentos por faixas em salários mínimos 24

NOTA METODOLÓGICA 26

ANEXOS 27

FIGURA 2: MICRORREGIÃO LITORAL LAGUNAR – RIO GRANDE DO SUL - BRASIL 27

FIGURA 3: MESORREGIÃO DO SUDESTE RIO-GRANDENSE - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL 28

APRESENTAÇÃO

Este Relatório é parte das ações previstas pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o antigo Ministério do Trabalho (atual Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia) e a Universidade Federal de Pelotas, em outubro de 2015, por meio do qual o Observatório Social do Trabalho – projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas – tornou-se uma unidade local da Rede Observatórios do Trabalho, coordenada pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia).

O Acordo tem como objetivo apoiar os Observatórios do Trabalho[1] e, com isso, assegurar condições para um adequado monitoramento de mercados locais de trabalho, bem como ampliar o diálogo com gestores, com vistas à qualificação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda. Portanto, por meio dessa experiência, espera-se estimular uma ação cada vez mais qualificada, profissional e participativa dos atores sociais envolvidos.

As análises e os dados apresentados neste Relatório de 2018 dão continuidade às atividades de observação dos mercados locais de trabalho, iniciadas em 2016, e apresentadas nos Relatórios anteriores (2016 e 2017).[2] Apesar disso, este Relatório foi concebido para ser apropriado de forma independente, razão pela qual reapresenta-se, de forma resumida, alguns dos aspectos já discutidos anteriormente.

O mercado de trabalho deve ser analisado como um espaço social condicionado por um conjunto complexo de fatores, pelo Estado e regras jurídicas politicamente instituídas, pelas condições históricas e econômicas passadas, pelas relações, conflitos e lutas entre os atores sociais, bem como pelas crenças, valores e sentimentos que orientam cotidianamente suas práticas.

Todo esse conjunto de dimensões não são fáceis de serem apreendidas e analisadas quando se trata de investigar o mercado de trabalho. O que se objetiva, neste Relatório, é identificar algumas dessas dimensões, sobretudo a partir dos indicadores estatísticos de mercado de trabalho. Porém, é preciso sublinhar que esses indicadores têm um alcance limitado e permitem captar apenas alguns aspectos desse complexo fenômeno social.

Assim sendo, esses indicadores devem ser considerados, primeiramente, como um conjunto limitado de informações sobre o mundo do trabalho e suas relações. Em segundo lugar, como um

[1] O mesmo acordo de cooperação também foi firmado com outras universidades públicas federais, tais como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

[2] Para uma caracterização estrutural e conjuntural do mercado local de trabalho, ver o Relatório "O Mercado de Trabalho em Rio Grande – Relatório Anual 2016", publicado no âmbito do Acordo de Cooperação com o antigo Ministério do Trabalho, disponível em http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/estudos-e-analises/relatorios/

conjunto de indícios que auxiliam a reconstituir as práticas e relações sociais nesse mercado. Nesse sentido, os indicadores não "falam por si mesmos", pois são necessários quadros teóricos de referência a partir dos quais se levantam e interpretam os dados disponíveis.

Por fim, este relatório não pretende limitar nem o número e a abrangência de indicadores, nem tampouco os quadros interpretativos que estabeleçam o seu significado. O que se objetiva é apresentar um ponto de partida e um ponto de vista particular sobre o mercado de trabalho, que sirvam como base para um diálogo entre os atores sociais envolvidos.

Pelotas, julho de 2019.

Coordenação e Equipe Técnica
Observatório Social do Trabalho (IFISP/UFPel)

INTRODUÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este Relatório tem como objetivo apresentar um conjunto de indicadores de emprego formal de caráter conjuntural, constituindo-se numa importante ferramenta de caracterização do mercado de trabalho do município de Rio Grande/RS. Os indicadores apresentados têm como fonte principal o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), base de dados administrativa da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia que torna possível traçar um panorama detalhado da movimentação do emprego no setor privado, regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

O CAGED é uma base de dados construída a partir de informações prestadas pelos estabelecimentos econômicos, restringindo-se ao âmbito do emprego formal, isto é, registrado na carteira de trabalho, segundo as normas e regras da CLT. O CAGED foi criado pela Lei 4.923 de 23 de dezembro de 1965, quando se institucionaliza a obrigatoriedade da prestação de informações sobre a movimentação dos empregados com carteira de trabalho. Trata-se, pois, de uma fonte de dados que permite captar a movimentação mensal dos vínculos formais, admitidos, desligados e saldos, não abrangendo o emprego público estatutário. As informações que são disponibilizadas permitem traçar um perfil completo dos vínculos movimentados em termos de atributos pessoais (sexo, faixa etária, escolaridade), características setoriais e ocupacionais, bem como níveis de remuneração.

Neste sentido, os dados disponíveis pelo CAGED possibilitam dimensionar a dinâmica da movimentação do emprego formal, identificar o crescimento ou redução da criação de postos de trabalho (através da análise dos saldos entre admissões e desligamentos), segundo características setoriais, ocupacionais, a natureza dos vínculos, os tipos de movimentação, a remuneração, dentre outras variáveis.

Apesar da riqueza de informações, as fontes administrativas do antigo Ministério do Trabalho (atual Ministério da Economia), tais como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o CAGED, não permitem captar as características do nível de atividade do conjunto da força de trabalho, nem situações de trabalho ou emprego informal (não registrado), nem tampouco dimensionar o desemprego ou desocupação. Trata-se de uma limitação do sistema estatístico brasileiro, de forma que, em nível municipal (à exceção dos municípios das capitais dos Estados), essas variáveis de mercado de trabalho são captadas apenas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As pesquisas domiciliares, anuais ou trimestrais, realizadas pelo IBGE, tal como a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNADC), que permite captar as dimensões acima

referidas, abrange apenas os níveis agregados do país, das grandes regiões, dos estados, das regiões metropolitanas e das capitais, não sendo possível a desagregação em nível municipal devido ao tamanho e características das amostras domiciliares. Por essa razão, os dados conjunturais deste relatório estão focados na caracterização do emprego formal e não é possível a caracterização do nível de atividade da população residente nem do nível de desocupação/desemprego.

Este Relatório está dividido em seis seções que objetivam caracterizar a conjuntura do emprego no município de Rio Grande. Na primeira sessão, analisa-se a conjuntura recente da economia e do mercado de trabalho no Brasil e no município de Rio Grande. Na segunda sessão, apresentam-se os dados de movimentação (admissões, desligamentos e saldos), total e mensal, referentes ao ano de 2018, além dos dados de variação mensal do estoque. Na terceira sessão, apresentam-se os dados de movimentação por setor da atividade econômica, bem como os dados de estoque e participação setorial no emprego formal. Na quarta sessão, apresentam-se os dados de movimentação segundo os grandes grupos e as famílias ocupacionais, conforme definidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Na quinta sessão, apresentam-se os dados de movimentação segundo o perfil dos vínculos por sexo, faixa etária e grau de instrução. Finalmente, na sexta sessão, apresentam-se os dados sobre rendimentos médios das movimentações totais, por setores da atividade, por grandes grupos ocupacionais e segundo o perfil dos vínculos por sexo, faixa etária e grau de instrução. Apresenta-se, ainda, nesta última sessão, a distribuição das movimentações por faixas salariais em salários mínimos.

1. CONTEXTO ECONÔMICO RECENTE

Nos últimos anos, o mercado de trabalho no Brasil vem passando por uma forte crise, caracterizada por um desempenho negativo de seus principais indicadores: desemprego elevado, redução do emprego formal, crescimento da informalidade e rendimentos em baixa. Essa crise se manifesta, sobretudo, a partir de 2015, quando a recessão atinge o país. De 2010 a 2014, conforme a Tabela 1, o crescimento da economia brasileira é bastante significativo, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentando a uma taxa média anual de 3,4%, segundo o IBGE. Esse crescimento já é bem menor em 2014, quando a taxa de crescimento do PIB é de apenas 0,5%, prenunciando a crise que se instala a seguir. Em 2015 e 2016, a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) é de -3,5% e -3,3%, respectivamente, a economia brasileira mergulhando definitivamente na crise. Durante oito trimestres seguidos, observa-se queda do PIB, com mudança de tendência apenas no primeiro trimestre de 2017. Desde então, o crescimento da economia brasileira tem se mostrado muito baixo, com taxa média de variação do PIB abaixo de 1% ao ano. Isso significa que a economia brasileira ainda não recuperou os patamares atingidos em 2014.

Tabela 1 - Produto interno bruto a preços correntes e respectivas participações (Referência 2010), Rio Grande, e Taxa de Variação do PIB do Brasil, 2010 a 2016

Ano	Município - Rio Grande (RS)						Taxa Var. PIB Brasil
	PIB (Mil Reais)*	Participação no PIB (%)					
		Pelotas	Micro	Meso	RS	Brasil	
2010	5.143.121	121,6	87,51	36,21	2,13	0,13	7,5
2011	5.417.422	102,9	87,99	35,08	2,04	0,12	4,0
2012	6.460.758	112,6	88,43	37,31	2,25	0,13	1,9
2013	8.147.934	136,5	88,68	39,82	2,45	0,15	3,0
2014	7.355.045	110,5	85,38	34,59	2,06	0,13	0,5
2015	7.272.308	98,4	84,03	32,14	1,90	0,12	-3,5
2016	7.681.467	98,8	84,15	31,77	1,88	0,12	-3,3
Var.(%)	49,4	-18,8	-3,8	-12,3	-11,7	-7,7	-----

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Considerando-se a dinâmica econômica local, esse cenário mostra-se um pouco distinto. No período de crescimento econômico, o PIB de Rio Grande variou um pouco acima da média nacional, estadual e local. Já no período de recessão, a queda do PIB no município também foi mais acentuada, conforme os indicadores de participação no PIB nacional, estadual e regional da Tabela 1. Os dados de participação do PIB de Rio Grande no PIB nacional ilustram esse cenário. Essa participação que era de 0,12% em 2011, ponto mais baixo da série, atinge 0,15% em 2013, ponto mais elevado. Esse indicador volta ao patamar de 0,12% de participação nos anos seguintes. Considerando o conjunto do

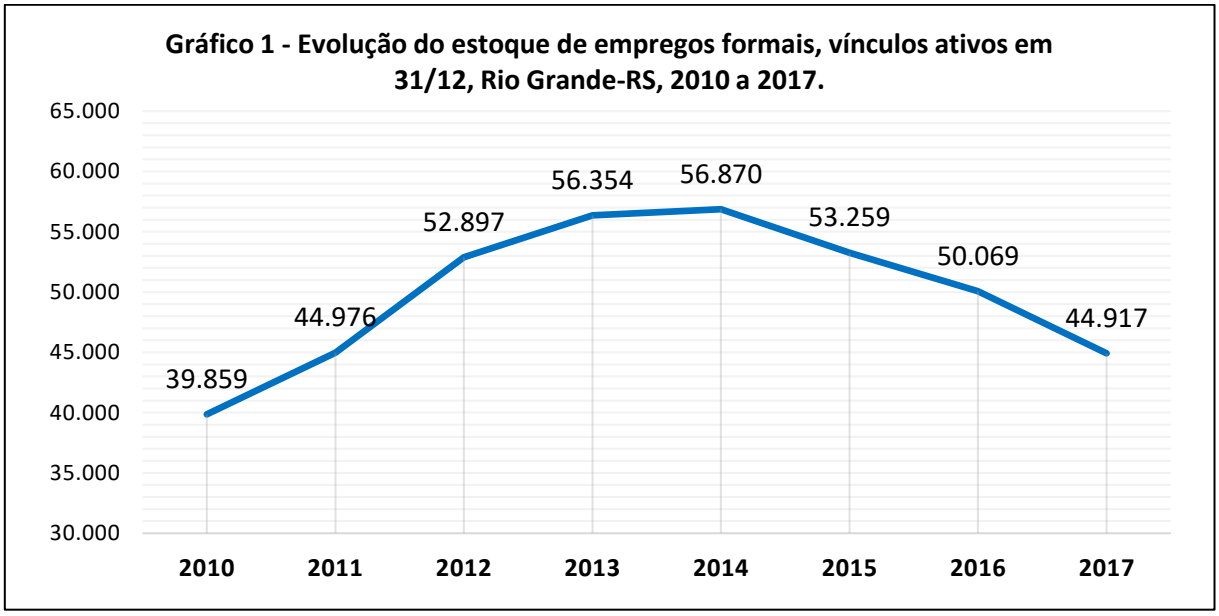
período e tomando como ponto de partida o ano de 2010, identifica-se uma diminuição da participação do PIB de Rio Grande no PIB nacional, no estadual e no mesorregional que varia entre 7 e 12%, nesse período de 2010 a 2016. Em relação ao PIB do município de Pelotas, que sofreu de uma forma menos direta o impacto da crise do setor naval, a diminuição da participação é mais intensa, de -18,8%, o que fez o PIB de Pelotas ultrapassar o de Rio Grande nesse período. O PIB de Rio Grande representava 121,6% do PIB daquele município, em 2010, e passou a representar apenas 98,8%, em 2016. Em relação ao PIB da microrregião, observa-se também uma queda de participação do PIB de Rio Grande. Essa queda é de 3,8%. Enfim, se o município foi beneficiado, no período de crescimento, com a implantação do polo naval, crescendo acima da média nacional e regional, sofreu forte revés no período de recessão, a economia local apresentando perdas também acima da média.

Essa dinâmica econômica nacional e local tem impactos diretos sobre a evolução do mercado de trabalho. O cenário econômico de crescimento, até 2014, reflete-se também na evolução positiva dos indicadores de emprego. O ano de 2014 é o ápice de um longo período de crescimento da ocupação e, particularmente, do emprego formal no Brasil. Segundo a RAIS, de 2000 a 2014, o emprego formal cresceu ininterruptamente, tendo sido gerados mais de 23 milhões de vínculos[3] nesse período. A taxa média anual de crescimento do emprego nesses quatorze anos foi de 4,7%. Em 2014, a RAIS registrava mais de 49,5 milhões de vínculos. Entre 2010 e 2014, foram gerados 5,5 milhões de novos empregos, com uma taxa de crescimento total de 12,5% e uma taxa média anual de 3,1%. No entanto, com a recessão de 2015 e 2016, o estoque de empregos cai para 46 milhões de vínculos nesse último ano, sendo destruídos, nesse período de dois anos, mais de 3,5 milhões de empregos. Em 2017, com a interrupção do período recessivo, o estoque de empregos volta a crescer no país, sendo gerados 221 mil vínculos naquele ano, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 0,5%. Segundo a RAIS, o estoque total de vínculos em 31 de dezembro de 2017 era de 46.281.590 vínculos, 6,5% menor que o estoque de 2014.

No mercado de trabalho de Rio Grande, esse quadro apresenta tendências semelhantes, porém mais acentuadas. No período de crescimento econômico, o estoque de empregos formais passa de 39.859 vínculos, em 2010, para 56.870 vínculos, em 2014, conforme o Gráfico 1. Nesse período de quatro anos, são gerados 17.011 novos vínculos, o que corresponde a uma taxa total de crescimento de 42,7% e uma taxa média anual de 9,5%. Trata-se de uma taxa de crescimento do emprego quatro vezes maior que aquela observada no país. No período de crise, a perda de empregos é igualmente significativa, estendendo-se para o ano de 2017 que, diferentemente do conjunto do mercado de trabalho brasileiro, também apresenta saldo negativo. Assim, a partir de 2014, o estoque cai

[3] Segundo a RAIS, vínculos ativos em 31/12.

ininterruptamente até atingir 44.917 vínculos, em 2017. Contabiliza-se uma perda total de 6.801 vínculos nesses três anos, o que corresponde a uma taxa de variação de -12%, quase o dobro da taxa média de variação negativa do emprego no país.

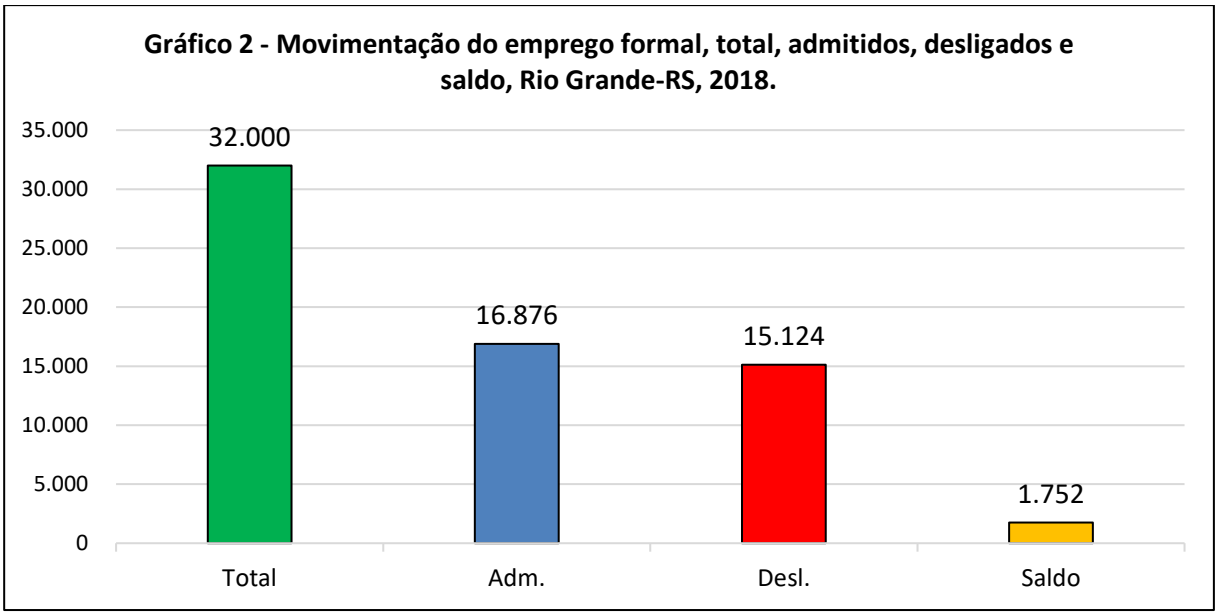


Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, RAIS.

Analisando-se a evolução dos saldos anuais de movimentação do emprego formal celetista, segundo o CAGED, a partir de 2014 até 2017, observa-se as mesmas tendências identificadas nos dados da RAIS, apresentados no Gráfico acima, com saldo positivo em 2014 (+864 vínculos) e saldos negativos em 2015 (-3.584 vínculos), em 2016 (-4.967 vínculos) e 2017 (-2.122 vínculos). Isto é, considerando-se apenas o setor privado, a perda de empregos formais no período de 2014 a 2017 atingiu 10.673 vínculos. As diferenças entre os saldos anuais da RAIS e do CAGED decorrem do peso do emprego público estatutário, captado pela primeira base (RAIS) e não pela segunda (CAGED).

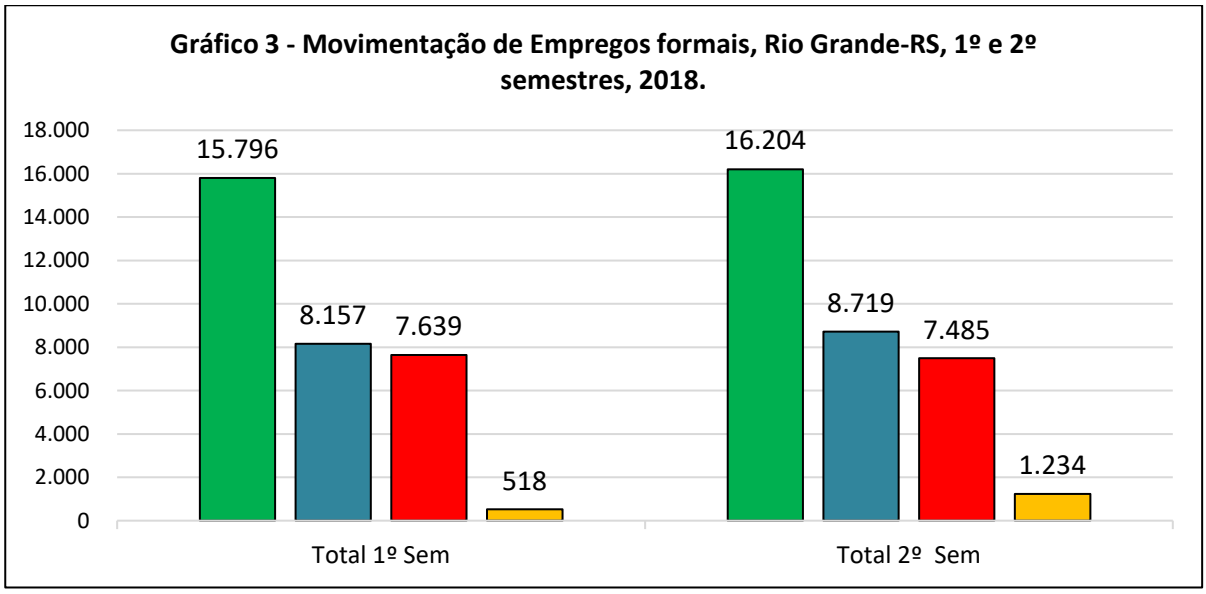
2. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL

Em 2018, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ocorreram, em Rio Grande, 32.000 movimentações, sendo 16.876 admissões e 15.124 desligamentos, o que resultou em um saldo positivo de 1.752 vínculos formais de emprego, conforme o Gráfico 2.



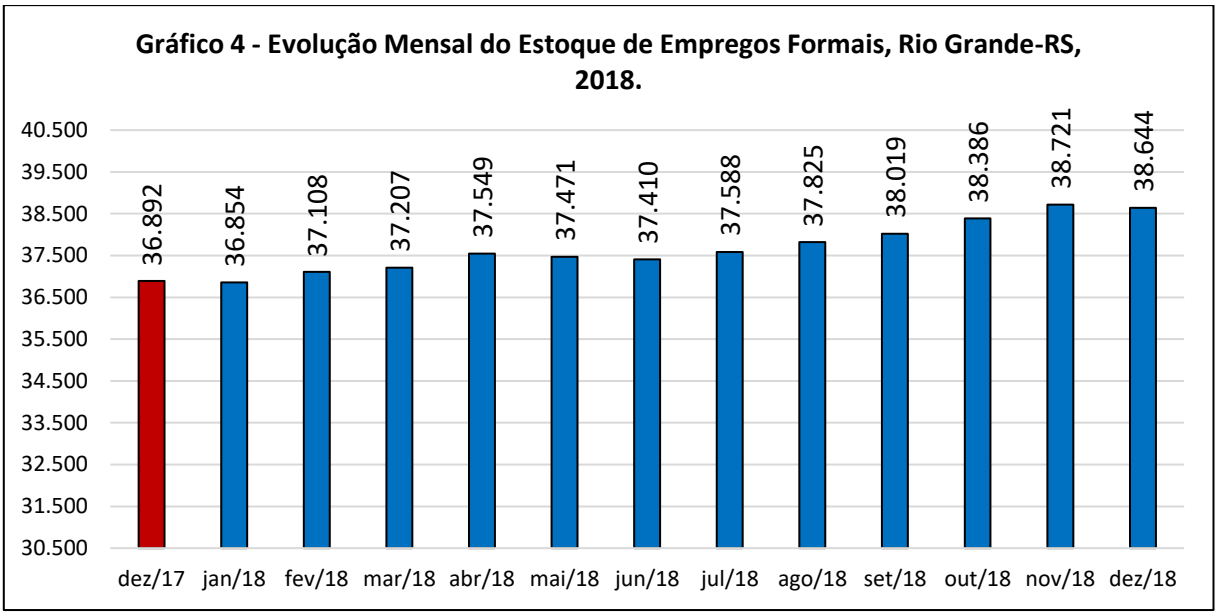
Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Conforme o Gráfico 3, no 1º semestre registraram-se 15.796 movimentações, 8.157 admissões e 7.639 desligamentos. No 2º semestre foram 16.204 movimentações no total, com 8.719 admissões e 7.485 desligamentos. Os dois semestres registraram saldo positivo e o desempenho no segundo semestre (+1.234 vínculos) foi melhor do que o do primeiro semestre (+518 vínculos).



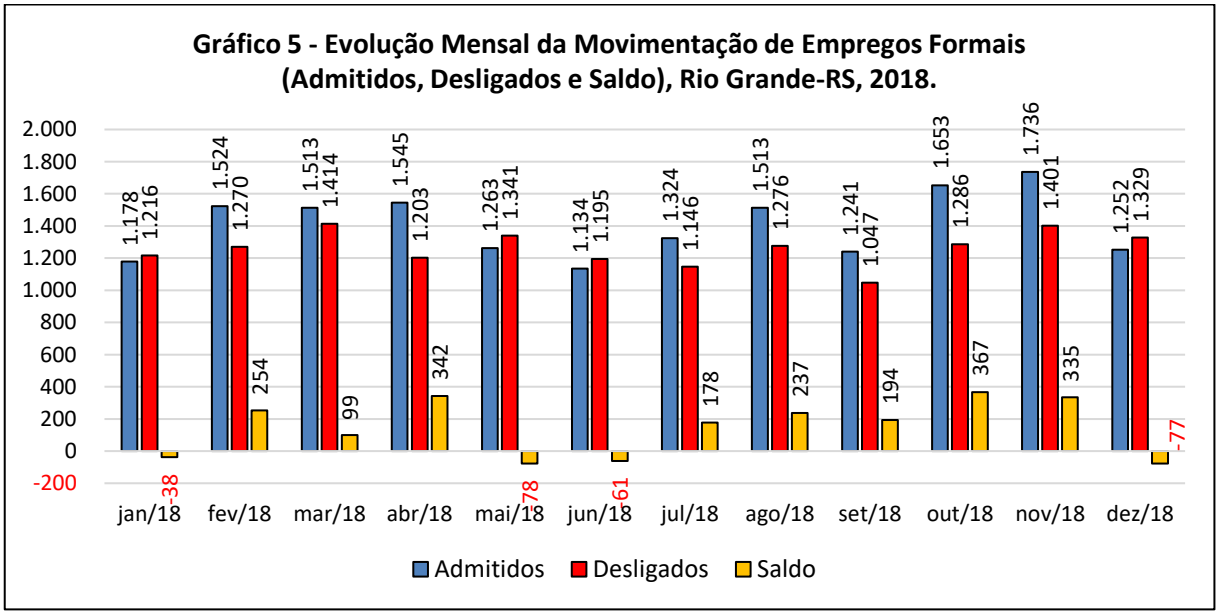
Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

A variação positiva no saldo do emprego formal durante o ano, conforme o Gráfico 4, fez com que o estoque total passasse de 36.892 vínculos, em dezembro de 2017, para 38.644 vínculos, em dezembro de 2018, uma taxa de variação de 4,75%. Houve, ao longo do ano, um crescimento gradativo do estoque que atingiu seu ápice no mês de novembro, com 38.721 vínculos.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Os dados do Gráfico 5 mostram que, em 2018, apenas quatro meses apresentaram saldos negativos: janeiro (-38 vínculos), maio (-78 vínculos), junho (-61 vínculos) e dezembro (-77 vínculos). Apesar de três meses do primeiro semestre do ano apresentarem saldos negativos, os saldos positivos apresentados em fevereiro (+254 vínculos), março (+99 vínculos) e abril (+342 vínculos) garantiram o desempenho positivo no período.

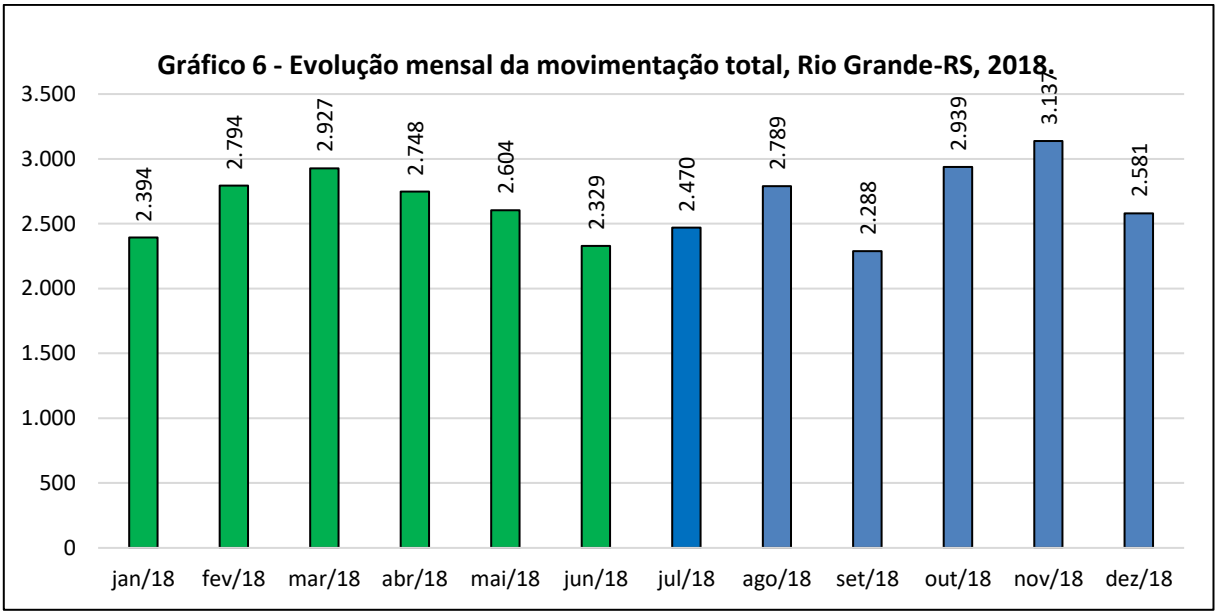


Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

No segundo semestre, apenas o mês de dezembro apresentou saldo negativo. Dentre os saldos positivos, destacam-se os dos meses de outubro (+367 vínculos) e novembro (+335 vínculos), que foram os maiores do período. Desta forma, o crescimento no nível de emprego no segundo semestre

(+1.234 vínculos), além de mais intenso do que o observado no primeiro semestre (+518), decorreu da intensificação do ritmo de admissões nos meses de outubro e novembro.

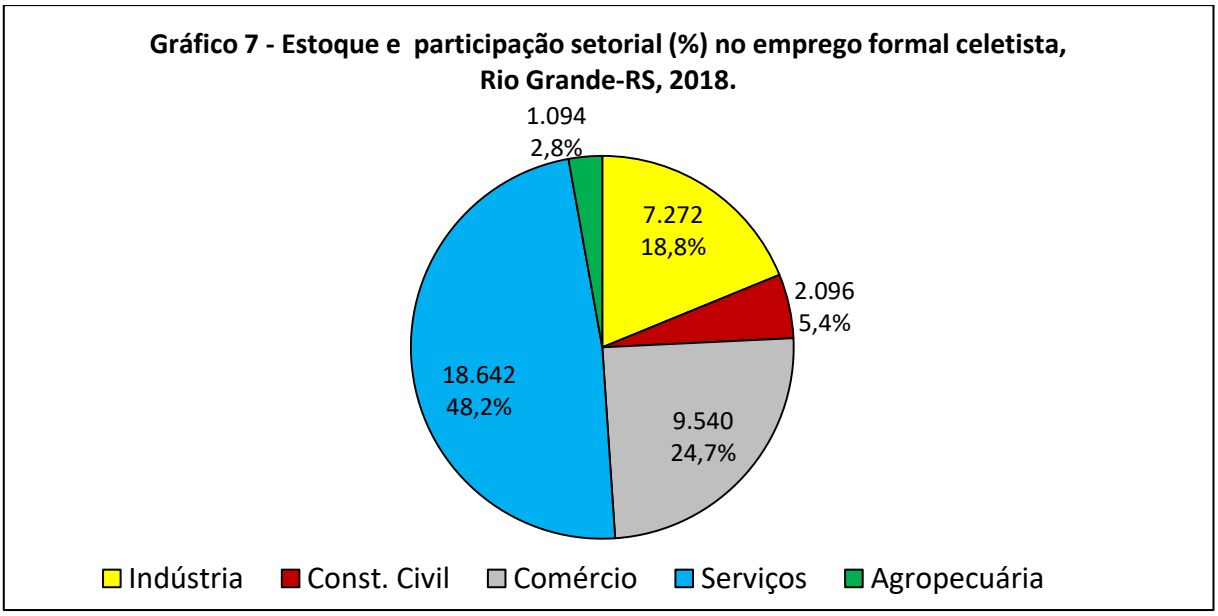
Ao observar-se a movimentação total no decorrer de 2018, conforme o Gráfico 6, verifica-se que, em geral, ocorre uma oscilação entre crescimento e redução da movimentação. Houve um crescimento constante até março, seguido de queda da movimentação até o mês de junho, quando novamente iniciou um período de aumento das movimentações. No entanto, no mês de setembro houve uma redução no volume de movimentação, sendo, inclusive a menor movimentação registrada no ano (2.288). A maior movimentação total no ano foi registrada no mês de novembro (3.137).



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

3. ESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

O estoque total de empregos formais celetistas no município de Rio Grande, de 38.644 vínculos, em dezembro de 2018, é assim composto, segundo os grandes setores da atividade econômica, conforme o Gráfico 7: 18.642 vínculos (48,2%) no setor de serviços, 9.540 vínculos (24,7%) no comércio, 7.272 vínculos (18,8%) na indústria, 2.096 vínculos (5,4%) na construção civil e 1.094 vínculos (2,8%) na agropecuária.

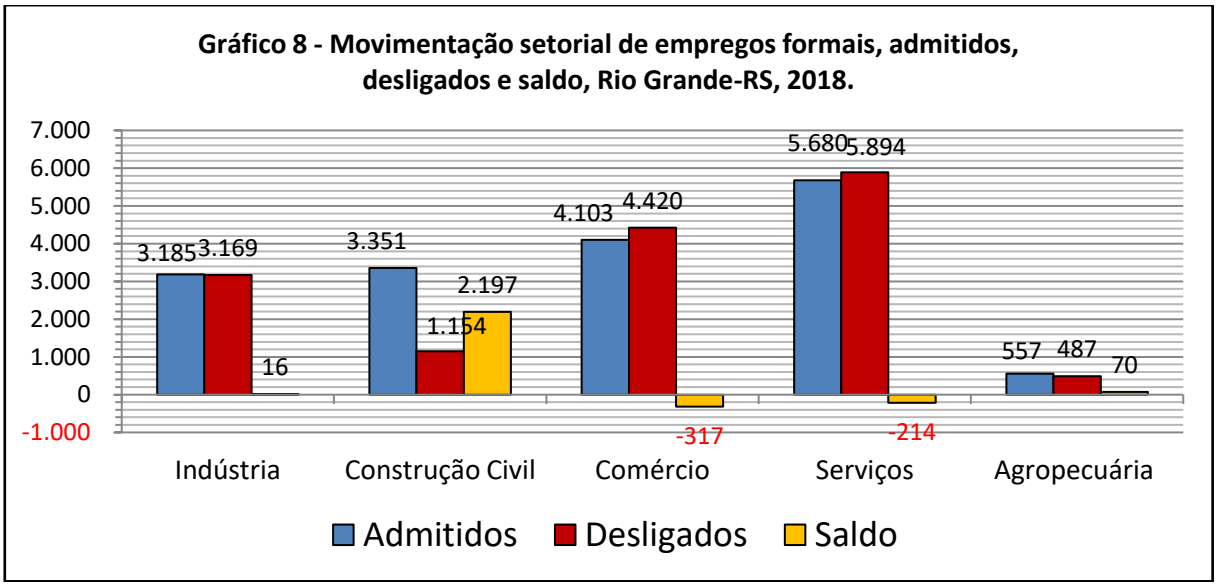


Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Em relação à movimentação anual do emprego nos grandes setores da economia, conforme o Gráfico 8, verifica-se, primeiramente, que três setores registraram saldos positivos. A construção civil, com 2.197 vínculos, foi o setor a apresentar o saldo mais elevado no período, sendo, de fato, o principal responsável pelo desempenho positivo no mercado de trabalho de Rio Grande no ano de 2018. A agropecuária (+70 vínculos) e a indústria (+16 vínculos) apresentaram saldos positivos muito discretos. A participação da agropecuária no volume total de movimentações (3,3%) é muito próxima de sua participação no total do estoque de empregos formais (2,8%), assim como do setor industrial, que possui participação de 19,9% no volume total de movimentações e 18,8% no total do estoque de empregos formais.

Serviços e comércio, que foram os setores que apresentaram maior volume de movimentação, registraram também saldos negativos. A movimentação do setor de serviços (36,2% em relação ao total de movimentações) e a do comércio (26,6%), juntas, respondem por 62,8% do volume total das movimentações e representam 72,9% do estoque total de empregos formais celetistas.

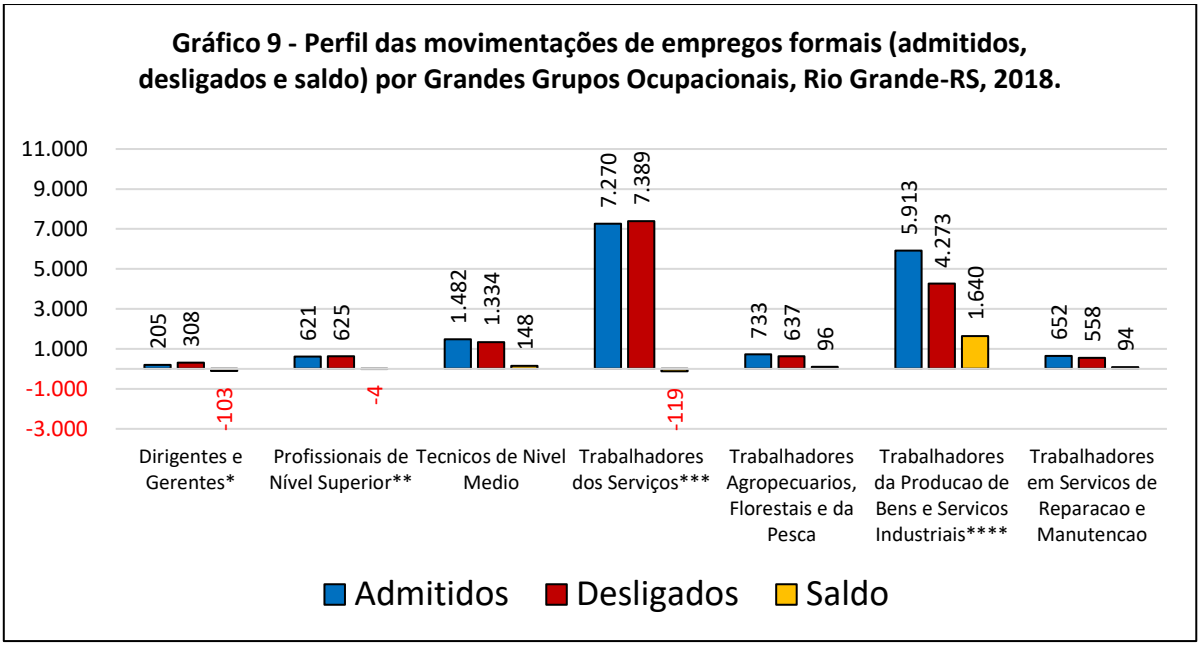
O setor da construção civil foi o único a ter uma participação significativamente superior no volume total de movimentações (14,1%) em relação à sua participação no estoque total de empregos (5,4%).



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

4. MOVIMENTAÇÃO OCUPACIONAL

Observando-se a movimentação do emprego segundo os grandes grupos ocupacionais, conforme o Gráfico 9, verifica-se que a categoria dos "trabalhadores da produção de bens e serviços industriais" registrou o maior saldo positivo, de +1.640 vínculos. É esse também o segundo grupo com o maior volume de movimentações (5.913 admissões e 4.273 desligamentos). O grupo ocupacional a apresentar maior saldo negativo foi o de "trabalhadores dos serviços", com -119 vínculos, que é aquele que apresenta o maior volume de movimentações no período (7.270 admissões e 7.389 desligamentos). Esses dois setores juntos respondem por 77,6% do volume total de movimentações.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

* O nome completo da categoria é “Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes”.
** O nome completo da categoria é “Profissionais das Ciências e das Artes”.
***Agrega as categorias “Trabalhadores de Serviços Administrativos” e “Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercado”, contidas originalmente na classificação “Grandes Grupos Ocupacionais” da CBO;
**** Agrega as duas categorias de “Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais”, contidas originalmente nos “Grandes Grupos Ocupacionais” da CBO.

No que concerne à movimentação segundo as ocupações, verifica-se que do total das 16.876 admissões observadas em Rio Grande no ano de 2018, 8.019 (47,5%) ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de admitidos, conforme o Quadro 1. Juntas, as ocupações de “Vendedor de Comércio Varejista” (1.120 admissões), “Servente de Obras”, (978 admissões), “Faxineiro” (703 admissões) e “Auxiliar de Escritório, em Geral” (689 admissões), respondem por 3.490 admissões, o que representa 20,7% do total de admissões.

Quadro 1 – Vinte ocupações com maior número de admissões, Rio Grande-RS, 2018.

CBO 2002 Ocupação	Admitidos	
	Nº	%
Vendedor de Comercio Varejista	1.120	6,6
Servente de Obras	978	5,8
Faxineiro	703	4,2
Auxiliar de Escritorio, em Geral	689	4,1
Operador de Caixa	479	2,8
Alimentador de Linha de Producao	434	2,6
Assistente Administrativo	395	2,3
Pedreiro	310	1,8
Montador de Maquinas	295	1,7
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	267	1,6
Recepcionista, em Geral	262	1,6
Soldador	261	1,5
Trabalhador de Preparacao de Pescados (Limpeza)	245	1,5
Carpinteiro de Obras	243	1,4
Cozinheiro Geral	242	1,4
Atendente de Lanchonete	231	1,4
Eletricista de Manutencao Eletroeletronica	226	1,3
Atendente de Lojas e Mercados	217	1,3
Mecanico de Manutencao de Maquinas, em Geral	214	1,3
Frentista	208	1,2
Total 20+ Adm	8.019	47,5
Total adm.	**16.876**	**100,00**

Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Quando se observa os desligamentos segundo as ocupações, verifica-se que dos 15.124 desligamentos registrados no ano de 2018, 6.922, ou seja, 45,8%, ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de desligados, conforme o Quadro 2. “Vendedor de Comércio Varejista” também

é a ocupação com maior participação entre os desligamentos (1.178 desligamentos), seguido de "Faxineiro" (708 desligamentos), "Auxiliar de Escritório, em Geral" (656 desligamentos) e "Operador de Caixa" (512 desligamentos). Essas quatro ocupações juntas representam 20,2% do volume total dos desligamentos.

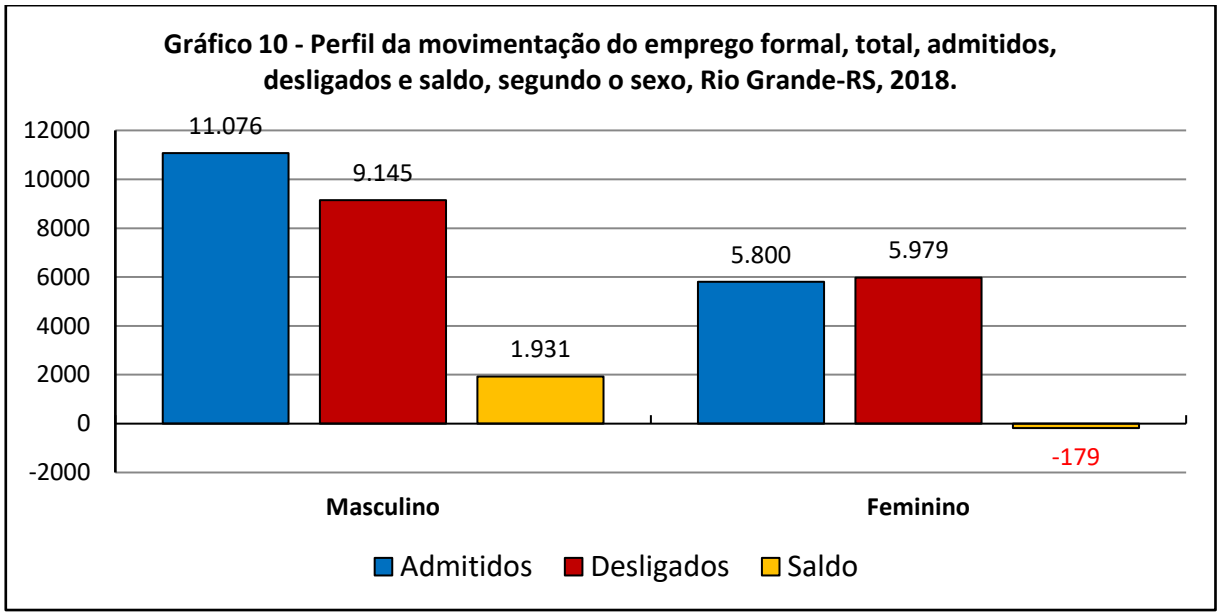
Quadro 2 - Vinte ocupações com maior número de desligamentos, Rio Grande-RS, 2018.

CBO 2002 Ocupação	Desligados	
	Nº	%
Vendedor de Comercio Varejista	1.178	7,8
Faxineiro	708	4,7
Auxiliar de Escritorio, em Geral	656	4,3
Operador de Caixa	512	3,4
Alimentador de Linha de Producao	393	2,6
Servente de Obras	382	2,5
Assistente Administrativo	381	2,5
Recepcionista, em Geral	308	2,0
Cozinheiro Geral	253	1,7
Soldador	228	1,5
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	227	1,5
Atendente de Lanchonete	216	1,4
Atendente de Lojas e Mercados	215	1,4
Pedreiro	212	1,4
Frentista	192	1,3
Pescador Profissional	191	1,3
Mecanico de Manutencao de Maquinas, em Geral	173	1,1
Repositor de Mercadorias	169	1,1
Carregador (Armazem)	164	1,1
Embalador, a Mao	164	1,1
Total 20+ Desl.	**6.922**	**45,8**
Total Desl.	**15.124**	**100,00**

Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

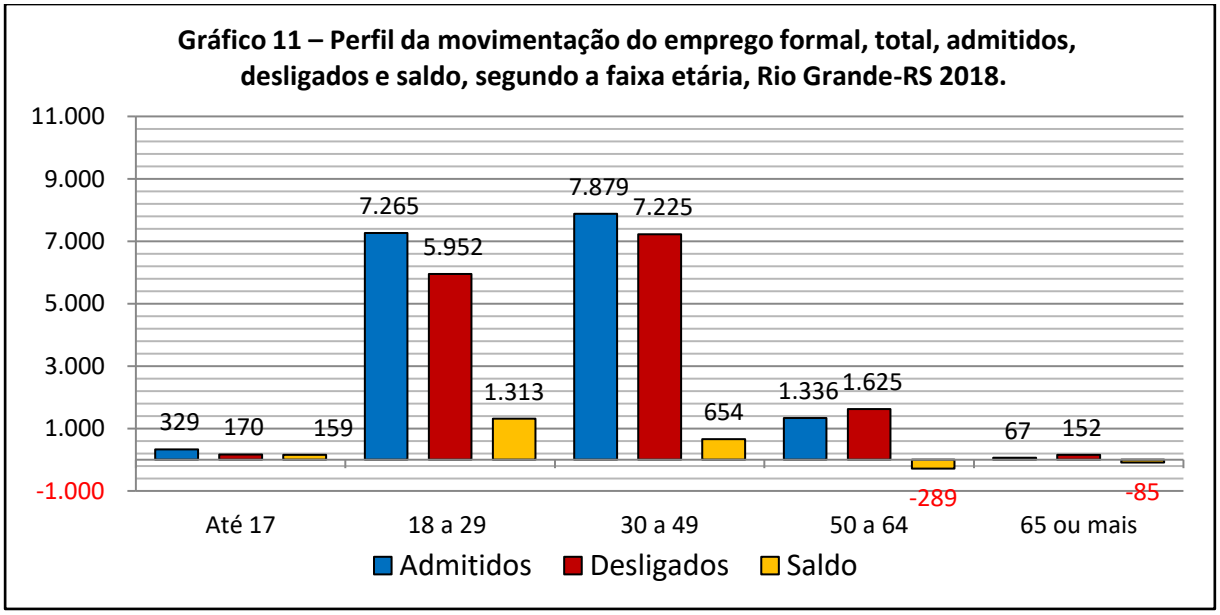
5. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS

Analisando-se o perfil da movimentação segundo o sexo, conforme o Gráficos 10, observa-se que os homens (20.221 vínculos) formam a maioria dos vínculos movimentados, correspondendo a 63,2% do total, enquanto as mulheres, com 11.779 movimentações, representam 36,8% do total das movimentações. Entre os homens, destaca-se o saldo positivo verificado no ano, de +1.931 vínculos. Entre as mulheres, o saldo foi negativo, de -179 vínculos, o que significa que reduziu a participação feminina no emprego do setor privado, em Rio Grande, no ano de 2018.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Analisando-se o perfil da movimentação do emprego segundo a faixa etária, conforme o Gráfico 11, verifica-se que a maior parte da movimentação (15.104 vínculos) ocorreu na faixa etária de 30 a 49 anos de idade, correspondendo a 47,2% do total, seguida pela categoria de 18 a 29 anos de idade (13.217 vínculos), com participação de 41,3% do total da movimentação. Os adultos de 50 a 64 anos de idade (2.961 vínculos) têm uma participação bem menos expressiva, correspondendo a 9,2% do total, assim como os menores até 17 anos de idade (499 vínculos) e das pessoas de 65 anos ou mais de idade (219 vínculos), com participação pouco significativa, respectivamente de 1,6% e 0,7%.



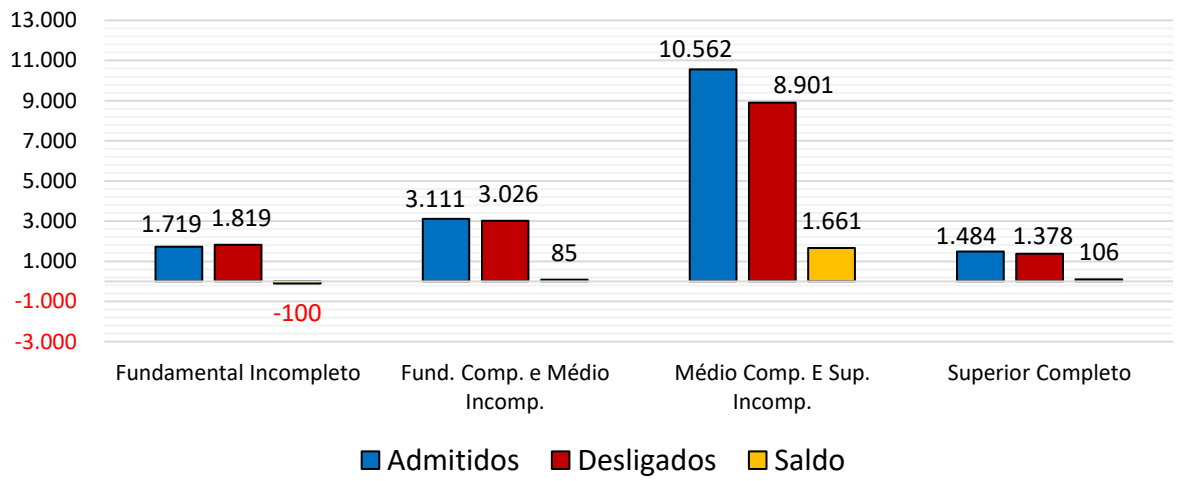
Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Vale ressaltar que os saldos de movimentação das categorias que compreendem os mais jovens e os adultos de 30 a 49 anos de idade são todos positivos, destacando-se o desempenho dos jovens na faixa etária de 18 a 29 anos (+1.313 vínculos). Já nas categorias de 50 a 64 anos (-289 vínculos) e 65 anos ou mais (-85 vínculos), observam-se saldos negativos, o que indica que os mais velhos têm sido mais atingidos pelos desligamentos, com sua respectiva redução de participação no emprego formal do setor privado. Os mais jovens, ao contrário, aumentam sua participação no mercado de trabalho local.

Analisando-se a movimentação segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 12, verifica-se que a maior parte dos vínculos movimentados (19.463 vínculos) é formada por pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, o que corresponde a 60,8% do total. Os empregados com ensino fundamental completo ou médio incompleto (6.137 vínculos) representam 19,2% do total da movimentação.

Os empregados com ensino fundamental incompleto (3.538 vínculos), que possuem uma baixa escolaridade para os atuais padrões do mercado de trabalho, têm uma participação de 11,1% do total da movimentação. Os empregados que possuem ensino superior completo (2.862 vínculos), ou seja, com escolaridade elevada, possui o menor volume de movimentação, com 8,9% do total.

Gráfico 12 - Perfil da movimentação do emprego formal, admitidos, desligados e saldo, segundo grau de instrução, Rio Grande-RS, 2018.



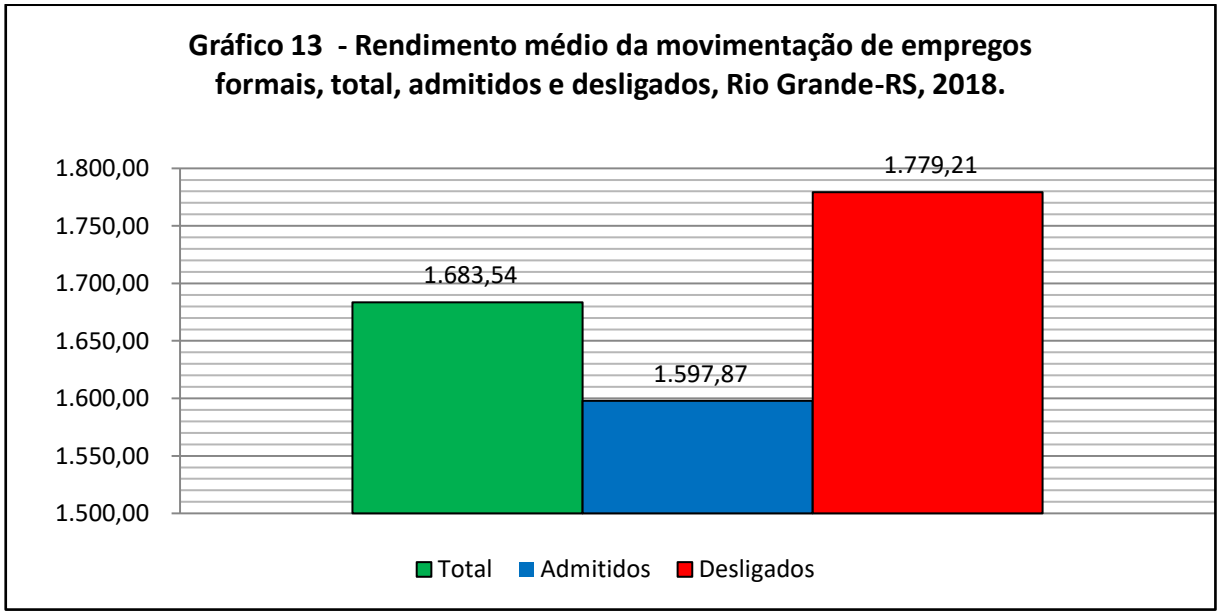
Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Apenas entre os trabalhadores com ensino fundamental incompleto foi registrado saldo negativo no período (-100 vínculos). Nas demais categorias, os saldos foram positivos, destacando-se aquele referente aos trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto, com +1.661 vínculos.

6. RENDIMENTO NAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL

6.1. Rendimentos médios totais

Analisando-se os rendimentos médios nominais, em reais, dos vínculos de emprego movimentados ao longo do ano de 2018, em Rio Grande, observa-se, conforme o Gráfico 13, que o rendimento médio do total das movimentações foi de R$ 1.683,54. O rendimento médio dos admitidos, foi de R$ 1.597,87, o que correspondeu a 89,8% do rendimento dos desligados, que era de R$ 1.779,21.

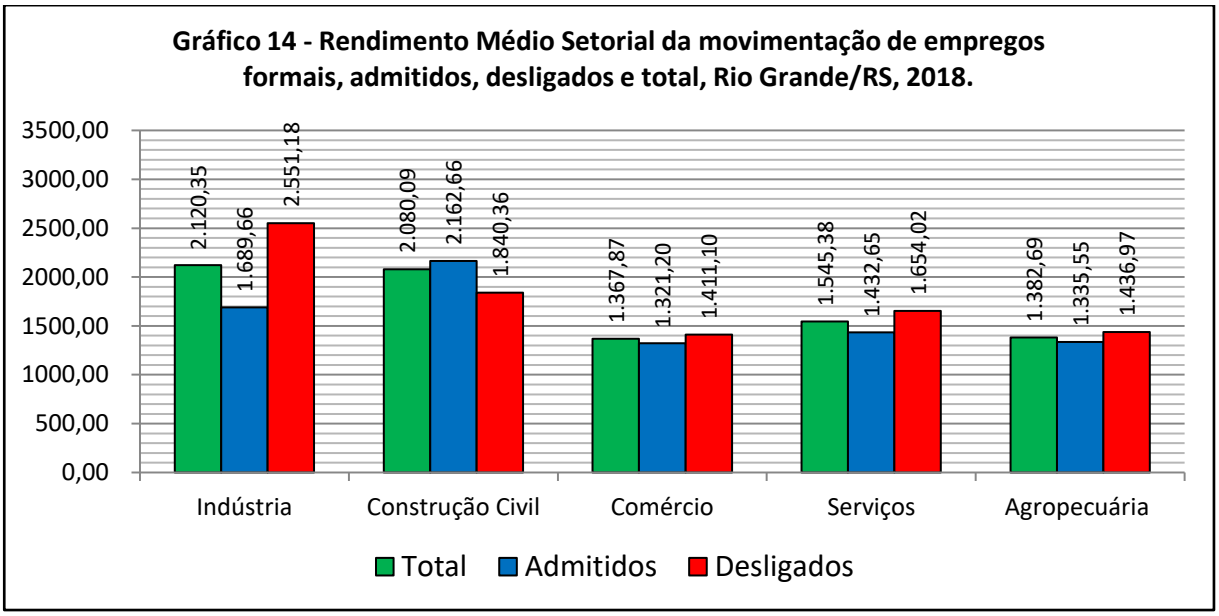


Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

6.2. Rendimentos médios por setores da atividade econômica

Na análise dos rendimentos médios pelos grandes setores da atividade econômica (IBGE), conforme o Gráfico 14, observa-se que o maior rendimento do total das movimentações foi no setor da indústria, R$ 2.120,35 e da construção civil, R$ 2.080,09. O setores da agropecuária, R$ 1.382,69 e do comércio, R$ 1.367,87, além de valores muito próximos, registraram, respectivamente, os menores rendimentos médio da movimentação total.

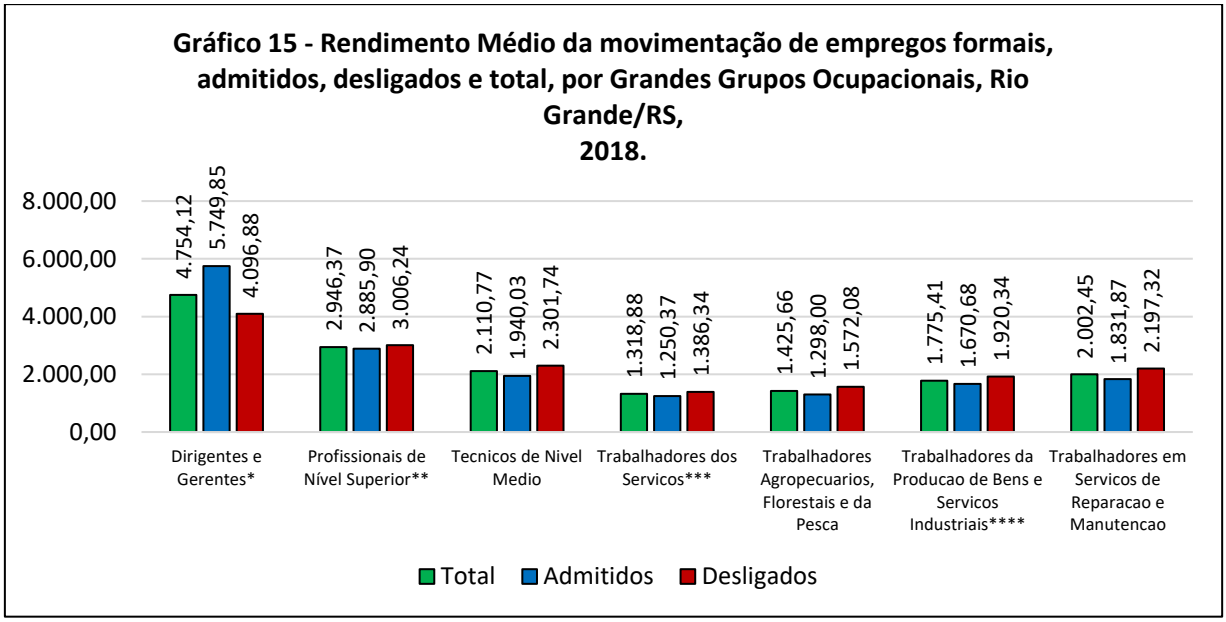
O rendimentos médio dos admitidos só não foi inferior ao dos desligados no setor da construção civil, onde a o rendimento dos admitidos correspondeu a 117,5% do rendimento dos desligados. Nos demais setores, em que os rendimentos dos desligados foram sempre maiores que os dos admitidos, as maiores diferenças foram verificadas na indústria e nos serviços, onde o rendimento dos admitidos correspondeu, respectivamente, a 66,2% e 86,6% do rendimento dos desligados.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

6.3. Rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais

Em relação aos rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais (CBO), conforme o Gráfico 15, verifica-se que os maiores rendimentos de admissão e demissão foram no grupo de Dirigentes e Gerentes (com rendimento médio total de R$ 4.754,12), seguido do grupo de Profissionais de Nível Superior (R$ 2.946,37). A categoria de Trabalhadores dos Serviços é a que possuiu o menor rendimento médio da movimentação total, R$ 1.318,88.

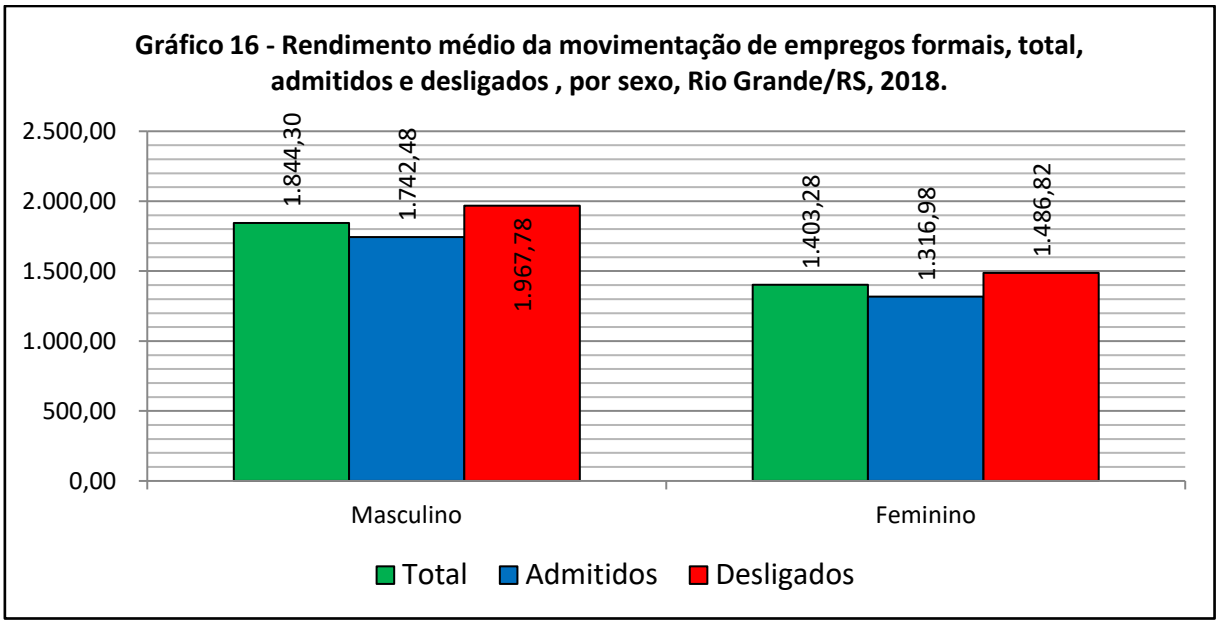


Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

O rendimento médio dos admitidos somente não foi inferior aos dos desligados no grupo de dirigentes e gerentes, onde o rendimento dos admitidos correspondeu a 140,3% do rendimento dos desligados. Nos demais grupos ocupacionais, os rendimentos dos admitidos foi sempre inferior ao dos desligados e as maiores diferenças foram verificadas nos grupos "Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca" e "Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção", onde o rendimento médio dos admitidos correspondeu, respectivamente, a 82,6% e 83,4% do rendimento dos desligados.

6.4. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos

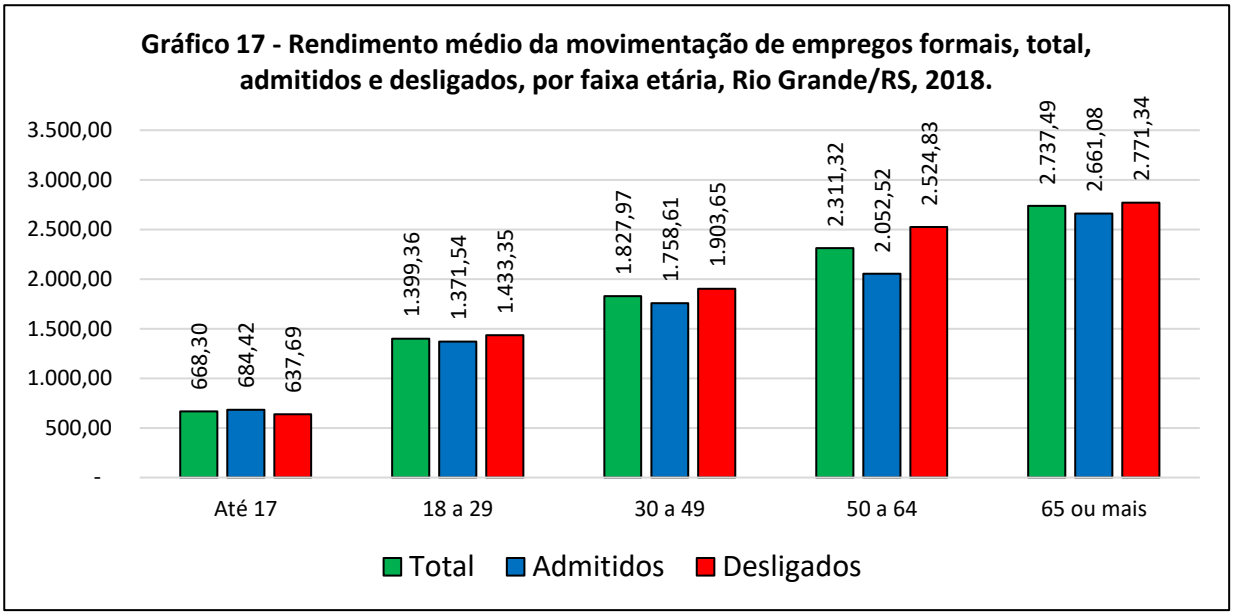
Em 2018, o rendimento médio do total das movimentações das mulheres, de R$1.403,28, representava 76,1% do rendimento masculino, de R$ 1.844,30 (Gráfico 16). Em ambos os sexos, o rendimento médio dos admitidos é inferior ao dos desligados, assim como os rendimentos médios masculinos são sempre superiores aos femininos. Entre admitidos, assim como entre os desligados, os rendimentos femininos representavam 75,6% dos rendimentos masculinos



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Analisando-se os rendimentos médios dos vínculos movimentados por faixa etária, conforme o Gráfico 17, verifica-se que as remunerações crescem na medida em que a idade avança. O rendimento médio da movimentação total na faixa até 17 anos, de R$ 668,30, representa apenas 39,7% do rendimento médio total (R$ 1.683,54). Já na faixa de 18 a 29 anos, com rendimento médio total de R$ 1.399,36, este corresponde a 83,1% do rendimento médio total.

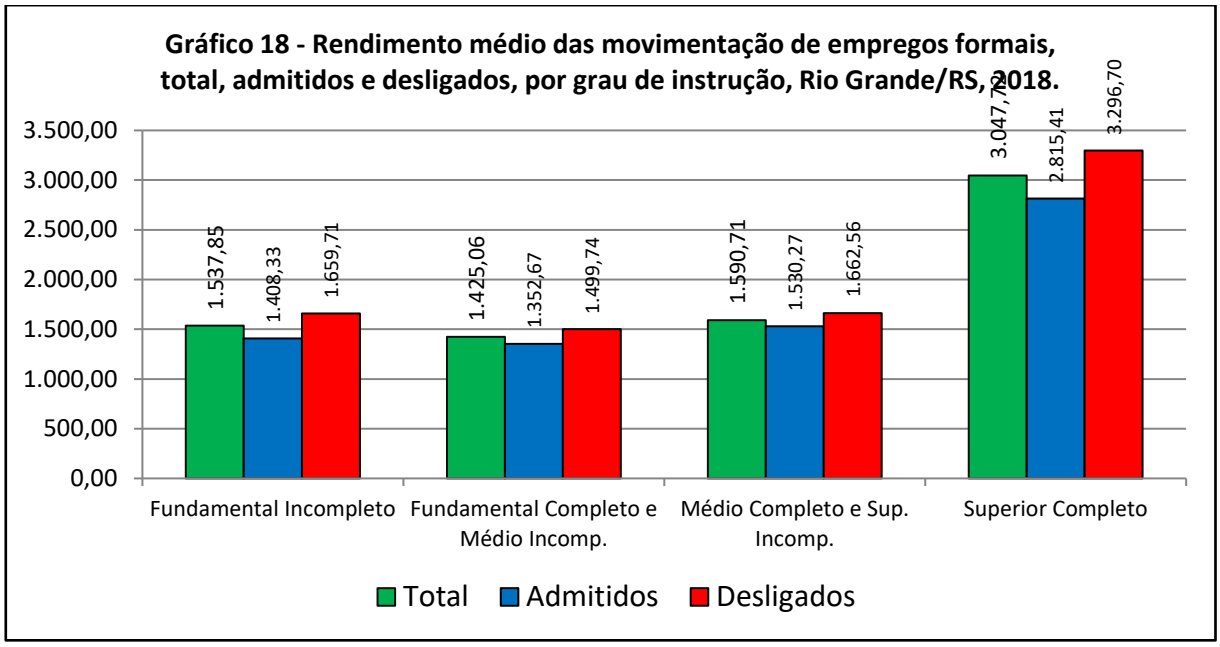
Considerando o rendimento médio total dos jovens de forma desagregada, verifica-se uma a diferença entre o rendimento na faixa de 18 a 24 anos (R$ 1.265,20) e na faixa de 25 a 29 anos (R$ 1.577,87), mas ambos são inferiores ao rendimento médio total, e representam, respectivamente, 76,2% e 93,7%. Em todas as demais faixas etárias os rendimentos superam o rendimento médio total, chegando a representar 162,6% na faixa etária de 65 anos ou mais (R$ 2.737,49).



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Observa-se, igualmente, que somente na primeira faixa etária (até 17 anos de idade), o rendimento médio dos admitidos é superior ao dos desligados. Já nas faixas seguintes, os rendimentos dos admitidos são inferiores aos dos desligados. Na faixa de 50 a 64 anos, o rendimento médio dos admitidos corresponde a 81,3% do rendimento médio dos desligados.

Analisando-se os rendimentos médios segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 18, constata-se que são os empregados que possuem ensino superior completo, com R$ 3.047,72, os que possuem os maiores rendimentos da movimentação total, que correspondem a 181% do rendimento médio total (R$ 1.683,54). Trata-se de um patamar de rendimento que se encontra muito acima das demais categorias, todas situadas abaixo do rendimento médio total.



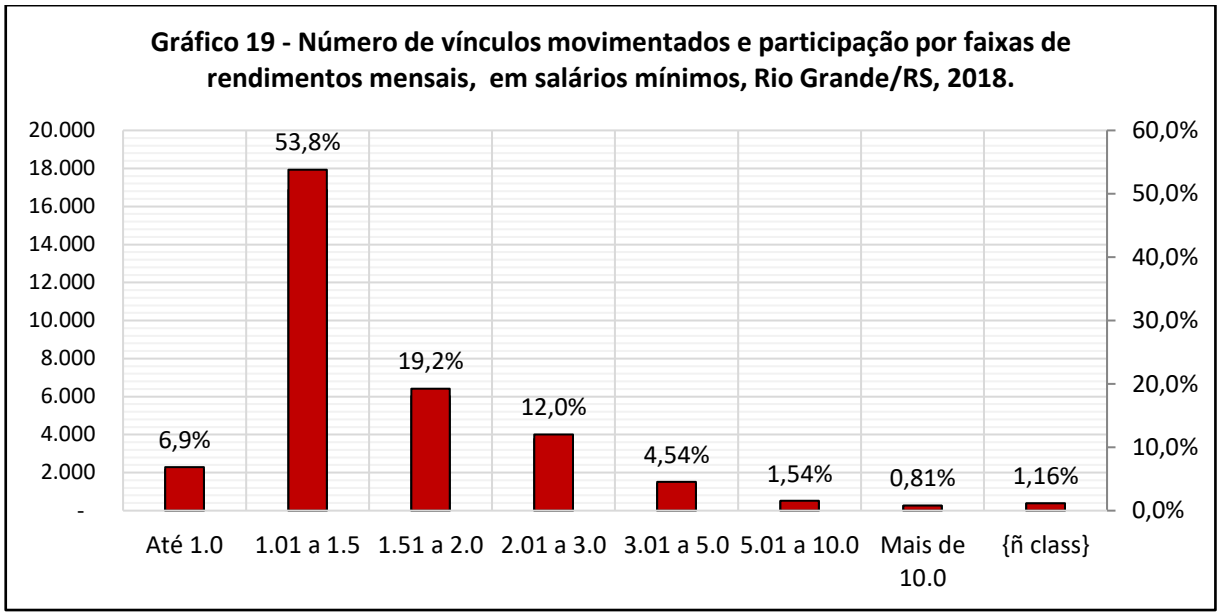
Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

Além dos empregados com nível superior completo, apenas os que possuem o nível médio completo/superior incompleto (R$ 1.590,71) apresentam rendimento médio que se aproxima da média total, mas ainda assim corresponde a 94,5% do rendimento médio total.

Os empregados com fundamental completo/ensino médio incompleto são os que apresentam o menor rendimento médio, de R$ 1.425,06, que corresponde a 84,6% do rendimento médio total. Os empregados com ensino fundamental incompleto, embora com escolaridade inferior, apresentam rendimento médio superior, de R$ 1.537,85, que corresponde a 91,3% do rendimento médio total.

6.5. Rendimentos por faixas em salários mínimos

Analisando-se os vínculos movimentados por faixas de rendimento, em salários mínimos, conforme o Gráfico 19, constata-se uma forte concentração nas faixas de rendimento mais baixas. Do total movimentado, 19.020 vínculos, que correspondem a 60,7% do total, concentram-se nas faixas até 1.5 salários mínimos e 79,9% (25.054 vínculos) concentram-se na faixa até 2.0 salários mínimos. A participação das faixas de rendimento mais elevadas no conjunto das movimentações mostra-se bem menor, com 6,9% do total de vínculos acima de 3 salários mínimos e 2,4% acima de 5 salários mínimos.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, CAGED.

NOTA METODOLÓGICA

A base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) se baseia na declaração mensal à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia prestada pelos estabelecimentos empregadores que informam as movimentações de vínculos empregatícios celetistas realizados no mês de competência da declaração, isto é, as admissões e desligamentos, bem como as informações básicas de caracterização do estabelecimento e de seus trabalhadores movimentados. Os dados do CAGED referem-se apenas aos empregos formais celetistas declarados, estando excluídos os empregos estatutários e os empregos e ocupações informais. É importante sublinhar, ainda, que estes dados estão sujeitos a ajustes, tendo em vista as declarações realizadas fora do prazo regular. Os dados apresentados neste Relatório levam em consideração as declarações no prazo e as declarações fora do prazo, tendo sido levantados em 16 de maio de 2018. Os dados sobre remuneração levam em consideração apenas as declarações realizadas no prazo.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO – IFISP/UFPel
Coordenador: Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas
Bolsistas de Extensão: Rafaella Egues da Rosa
Portal na internet: http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial
E-mail: observatoriosocialdotrabalho@gmail.com
Facebook: www.facebook.com/observatoriodaufpel/
Twitter: https://twitter.com/ufpeltrabalho
Fone: (53) 3284-5545 (IFISP/UFPel)

ANEXOS

FIGURA 2: MICRORREGIÃO LITORAL LAGUNAR – RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

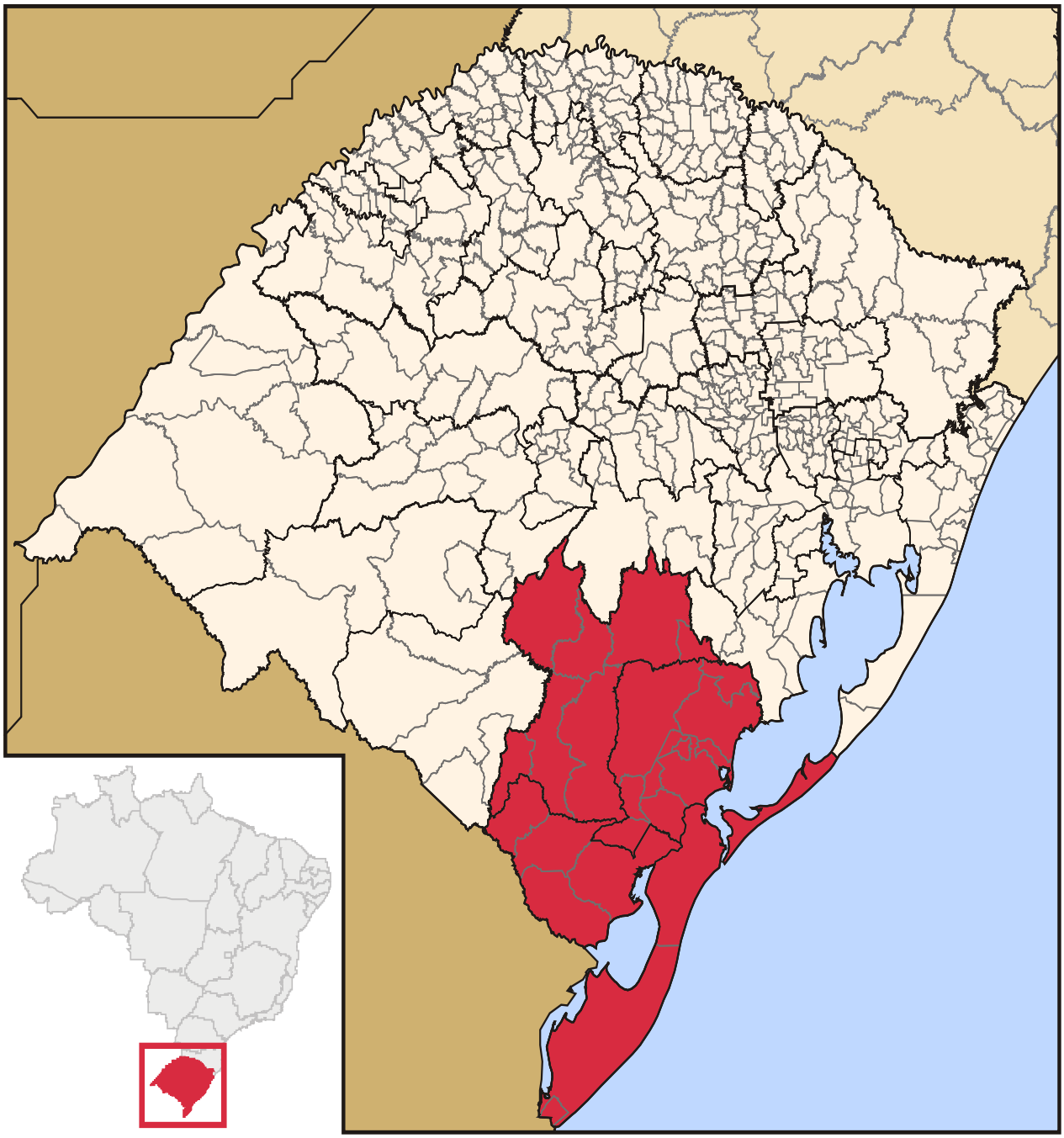



FIGURA 3: MESORREGIÃO DO SUDESTE RIO-GRANDENSE - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL